

## A Teoria do Valor Trabalho sob a Perspectiva Clássica

### *The Labor Theory of Value Under the Perspective of Classic Thought*

Samuel Dourado De Macedo\*

#### **Resumo**

Este artigo possui duas finalidades precípua: apresentar a teoria do valor-trabalho sob a visão da Escola Clássica, restringindo-se o termo às obras de Adam Smith e David Ricardo, e entender o processo pelo qual a teoria do valor tornou-se um elemento fundamental na explicação do sistema econômico. Essa mudança significativa de importância operacional e conceitual da teoria passa-se em, cerca de, 50 anos entre as obras de Smith e Ricardo. Diante do trabalho de levar à frente o aperfeiçoamento de uma hipótese válida, porém, imperfeita em muitos pontos. Além da importância para o próprio pensamento clássico, a utilização da teoria do valor como substrato para se deduzir o comportamento de outras variáveis econômicas - salários, lucro, renda, etc. - tornou-se *establishment* no período posterior. Consequentemente, dando caráter mais sistemático e lógico àqueles que pretendiam entender o sistema econômico.

**Palavras-chaves:** Teoria do valor-trabalho; Escola Clássica; Smith; Ricardo.

#### **Abstract**

*This paper has two main objectives: showing the Labor Theory of Value in the perspective of the Classic Thought and describing the process through which the Labor Theory of Value has acquired a fundamental role towards a better understanding of the economic system. This meaningful change of the theory's operational and conceptual importance has taken place more or less fifty years between Ricardo's and Smith's works. Beyond the relevance to the Classic Thought, the use of the Value Theory as a subtract to deduce the behavior of economic variables – wage, profit, rent – has become the establishment in posterior years. Consequently, it has given a more logic and systematic profile to who wanted to understand the economic system.*

**Keywords:** Labor theory of value; Classic Thought; Smith; Ricardo.

---

\* Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Economia / UnB. E-mail: [smdourado2011@gmail.com](mailto:smdourado2011@gmail.com)

## 1. Introdução

A teoria do valor-trabalho constituiu-se como um dos primeiros esforços científicos, no âmbito da Economia, para se compreender o fenômeno do valor. Embora desprovida de “elegância” teórica, buscava correlacionar o dispêndio do trabalho à formação do valor das mercadorias. Por isso, o desenvolvimento de outras hipóteses relevantes tomando esse axioma como válido.<sup>1</sup> A teoria do valor-trabalho, desde as primeiras bases lançadas por Smith, foi amplamente seguida pelos teóricos do Pensamento Clássico, sem quaisquer evoluções relevantes desde 1776. Razão pela qual, decidiu-se fazer uma análise das obras de Smith e de Ricardo, à medida que “*The Wealth of Nations*” e “*The Principles of Political Economy and Taxation*” são capazes de descrever parte relevante do pensamento clássico, sobretudo, no campo da teoria do valor. Optou-se, por ora, prescindir da análise marxista, que - apesar de ter importância capital - teve de ser afastada, sobretudo, por Marx não se enquadrar na Escola Clássica.

O escrito tem como objetivos a descrição da teoria do valor-trabalho no âmbito da Escola Clássica e, secundariamente, entender como a teoria do valor-trabalho tornou-se fundamental para a explicação do sistema econômico. Em termos gerais, espera-se responder às perguntas: o que foi a teoria do valor-trabalho? Como foi apresentada por Smith e por Ricardo? Qual a sua relevância na Escola Clássica? E como se tornou parte fundamental para o entendimento da Economia? A partir da análise do valor, outros temas - como salários, trabalho, renda, lucro e capital - serão abordados. Com isso, buscar-se-á demonstrar de que forma o valor, a distribuição e a produção tornaram-se interdependentes ao longo do tempo.

## 2. A teoria do valor trabalho em Smith e Ricardo

A teoria do valor-trabalho surge de um esforço sistemático para se entender o mecanismo de formação de preços;<sup>2</sup> e, secundariamente, avaliar a flutuação do valor

---

<sup>1</sup> As teorias de Smith, Ricardo e Marx estão embasadas na correlação do dispêndio do trabalho com o fator de formação do valor.

<sup>2</sup> Não se buscou distinguir o preço do valor, mantendo-se a habitual confusão entre os clássicos dos respectivos termos. MARX, K. *Filosofia da Miséria*, p.1-2.

de outras mercadorias a partir de um “produto” invariável - ou quase invariável.<sup>3</sup> Embora tenha gênese anterior à Escola Clássica, é atribuída a Smith sua formulação em bases modernas.<sup>4</sup> Em suma, esta afirma que o valor decorre do esforço, isto é, do dispêndio gasto para se obter determinada mercadoria, contanto que disso resulte, necessariamente, uma relação de trocas voluntárias. Portanto, é necessário que haja um “mercado” para que o dispêndio do trabalho possa ser creditado à mercadoria; esta seja monetizada e adquirida diante da troca.

Essa dependência do mercado como fator de validade da teoria do valor-trabalho fez com que Smith deduzisse ser a troca parte inerente da “alma” das sociedades - primitivas ou modernas a ponto do Sr. Engels datar a respectiva teoria em 5 a 7 mil anos de existência.<sup>5</sup> Essa primeira dedução smithiana - acreditar que a troca faz parte da natureza das coisas - foi seguida no resto da obra para garantir credibilidade e universalidade aos seus pressupostos - as leis objetivas do mercado fazem parte da natureza das coisas.<sup>6</sup>

Superada certa dificuldade da teoria, surge uma limitação imposta pelo próprio Smith: a advertência de que a teoria do valor-trabalho aplicava-se somente à “época de ouro”, isto é, período anterior ao arrendamento da terra, à formação bruta de capital e à variação de estoques. Emerge a questão da sua aplicabilidade em um mundo “extratrabalho”, ou seja, diante da relação com outros fatores de produção. A visão de Smith não se detém nesse problema, até pela certa independência entre gênese do valor e os comportamentos das demais variáveis do sistema econômico, na concepção do autor escocês.

---

<sup>3</sup> “Adam Smith, que definiu com tanta exatidão a fonte original do valor de troca e que, coerentemente, teve que sustentar que todas as coisas se tornam mais ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las, estabeleceu também outra medida-padrão de valor, e se refere a coisas que são mais ou menos valiosas segundo sejam trocadas por maior ou menor quantidade dessa medida-padrão. Como medida-padrão, ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado” RICARDO, D. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Cap I, p. 44-45. Embora tenha se migrado do dinheiro ao trigo e ao trabalho, a questão de um padrão ou medida invariável ainda é um problema para a teoria econômica. SRAFFA, P. Produção de mercadorias a partir de mercadorias, p. 37-39.

<sup>4</sup> Schumpeter credita a Smith, além da teoria do valor-trabalho desenvolvida por Ricardo, outras duas teorias do valor-trabalho e a teoria do custo. SCHUMPETER, Joseph. História da Análise Econômica; Segunda Parte, p. 233.

<sup>5</sup> ENGELS, Friederich. Comentários de Friederich Engels ao volume III de Capital. p. 57-59.

<sup>6</sup> Derrubam-se as salas, mantém-se o edifício do sistema jusnaturalista. Embora não se aplique o ‘*justum pretium*’, ainda vigoram outros artificios do jusnaturalismo. SCHUMPETER, J. História da Análise Econômica, p. 132.

Somente cerca de 50 anos após a publicação de “*Wealth of Nations*”, o problema ressurgiu já sobre bases do último grande representante clássico.<sup>7</sup> “*The Principles of Political Economy and Taxation*” não só afirma a validade da teoria do valor-trabalho no “mundo moderno”,<sup>8</sup> como também a facilidade de contornar as limitações impostas. Ou seja, bastava entender qual a contribuição de cada um dos fatores de produção ao produto final.

Ricardo, na tentativa de explicar fatores em relação ao produto, chega à conclusão de que, além do trabalho direto, o valor também decorre do trabalho indireto, que de alguma forma, contribui para a produção do bem. Portanto, o dispêndio na confecção de instrumentos também deve ser considerado. O trabalho indireto não é nada mais que capital - aqui Ricardo utiliza o termo referindo-se a bens de capital -, e o valor decorre dessa interação entre “trabalho vivo” e “trabalho congelado”, “morto”.

### **3. Os preços e o capital fixo e o circulante**

Vencidas as limitações impostas pela visão smithiana, Ricardo segrega o capital fixo - capital de longo prazo que atua junto ao trabalho indireto - do capital circulante - capital de curto prazo que atua junto ao trabalho direto.<sup>9</sup> Qual a relevância dessa distinção? *A priori*, auxilia a entender a contribuição de cada capital sobre o valor; e secundariamente, sugere a determinação do valor das mercadorias. Esse ponto já é suficiente para entender a relação quase simbiótica entre capital e trabalho contida na obra de Ricardo. Isso leva, por exemplo, a duvidar de questões apontadas por Smith e Malthus, ou seja, que, se os salários dobrassem “do dia para a noite”, as mercadorias teriam seu valor elevado na mesma proporção. Essa arma analítica permite agora entender a lógica das flutuações das mercadorias, levando-nos diante da participação cada vez maior do preço de mercado à débil resposta: depende.

---

<sup>7</sup> MARX, K. Prefácio à Segunda Edição do Volume I do Capital, ed. MOORE. Londres, 1886, p. 21-23.

<sup>8</sup> A teoria do valor-trabalho, portanto, não era uma peculiaridade das sociedades antigas, na trivial análise acrítica de Smith. Aplicava-se muito bem às relações travadas no século XIX, época de publicação da obra de Ricardo.

<sup>9</sup> *Ibidem*, Capítulo I, Seção 4, p. 52-58.

Um aumento salarial levaria ao aumento dos preços das mercadorias? Para Ricardo, não. Os salários não podem aumentar por si mesmos, à medida que se crê na lei dos salários de subsistência, e que flutuações no valor das mercadorias decorrem da maior ou menor quantidade de trabalho envolvida para a sua obtenção. Mas, por um momento, imagine-se que isso tudo não seja considerado; daí se poderia acreditar que haveria, necessariamente, uma proporção entre o aumento dos salários e das mercadorias? Ainda não. Seria necessário perquirir qual a participação de cada um dos capitais no produto final. Podendo-se, somente assim, determinar a proporção da flutuação de dada mercadoria. Quanto maior a participação de capital fixo, menor será o impacto diante de um aumento salarial, pois “trabalho congelado” não reivindica e não usufrui maior poder aquisitivo.<sup>10</sup>

#### **4. Os efeitos da mudança do valor do dinheiro**

Como pondera Schumpeter, os séculos XVIII e XIX foram predominantemente de triunfo para a análise real, sobretudo, com o desenvolvimento da teoria monetária quantitativa bruta e do mecanismo de ajuste automático.<sup>11</sup> Amplamente baseado na noção de moeda “neutra”, ou seja, de que esta seria apenas “aparência”, meio pelo qual as mercadorias circulam e os agregados podem ser mais bem avaliados pelos técnicos - é, em suma, a teoria catalática dos austríacos. É essa noção que moldou também as produções de Smith e de Ricardo ao se referirem à teoria do valor. Para os referidos autores, a premissa segundo a qual o valor decorre do trabalho direto e indireto envolvidos para a obtenção de uma mercadoria independe do meio-circulante - oferta de moeda - que possui cada sistema econômico. Portanto, o aumento do meio-circulante só impactaria nominalmente as variáveis - salários, valor das mercadorias, entre outras -, sem que se altere o produto da terra e do trabalho. É o que se denominou mais tarde de dicotomia clássica.

Diferentemente de Smith, na visão ricardiana, os efeitos da variação do dinheiro devem ser abordados a partir de efeitos internos e externos. Se tomados somente a partir das transações domésticas - desprezando qualquer troca entre

---

<sup>10</sup> Mesmo com a segregação dos capitais, veem-se claras limitações à proposição de que há uma proporção entre variação do preço das mercadorias e variação do trabalho gasto para obter as mercadorias. SRAFFA, P. Produção das mercadorias por mercadorias. Rio de Janeiro. Ed Zahar, 1977. p. 34

<sup>11</sup> SCHUMPETER, J. História da Análise Econômica, p. 230-300.

países e possibilidade de que o meio-circulante decorra de transações internacionais - impera amplamente a noção de que o meio-circulante nada acrescentaria ao produto ou à distribuição do produto.

No que tange aos efeitos externos, Ricardo é consciente de que o meio-circulante pode ditar a dinâmica das transações internacionais e de que um aumento na oferta de moeda sem a consequente absorção pela demanda decorre de imperfeições subjacentes ao mecanismo de ajuste.<sup>12</sup> Concentremo-nos no último fato para lançar luz ao primeiro. Nas trocas internacionais, os clássicos<sup>13</sup> acreditavam na validade do mecanismo de ajuste, isto é, que havia um sistema que controlava preços e salários através do fluxo de ouro. Tomem-se dois países hipotéticos “X” e “Y”. O país “X” conseguiu desenvolver sua indústria, reduziu custos, aumentou sua produção; despertando o interesse de “Y” por suas mercadorias, sobretudo, em razão de seu valor relativo ser inferior ao do mercado doméstico do último país. O país “Y” importará as respectivas mercadorias e pagará em ouro. Agora o meio-circulante de “X” aumentou, dado que recebeu ouro como forma de pagamento por suas mercadorias, o que importa - segundo a teoria monetária quantitativa bruta - é o aumento dos preços em “X” e a diminuição de preços em “Y”. Com preços mais altos, “X” começará a importar mercadorias de “Y”. O país “X” pagará em ouro, mantendo as condições constantes, reequilibrando o fluxo de ouro entre os dois países.

A ausência de um equilíbrio entre demanda e oferta de dinheiro pode ser explicada à luz de elementos que restringiam as trocas entre países, ou seja, o fluxo natural de mercadorias e dinheiro entre países. Fato esse que acarretava um acúmulo desordenado de moeda, gerando variações sobre esta. Embora com pequeno impacto sobre o mercado doméstico, o fato tenderia a favorecer determinados países no comércio internacional, até mesmo desestimulando artificialmente a produção nacional de alguns artigos.

---

<sup>12</sup> Imperfeições não devem ser tidas em relação à própria teoria do mecanismo de ajuste. Ricardo queria se referir às diversas práticas políticas que restringem as trocas comerciais, gerando um potencial lesivo ao fluxo de mercadorias e, respectivamente, de ouro. Ou seja, se não houvesse quaisquer taxas alfandegárias ou cotas, as trocas voluntárias entre os países controlariam a balança comercial, o fluxo de mercadorias e de ouro. Portanto, a abundância ou a escassez de moeda em determinado podem estar relacionadas a políticas que deturpam o “natural” fenômeno de ajuste automático.

<sup>13</sup> O termo clássico refere-se à trivial divisão da Escola Clássica, advinda da teoria histórica econômica. Mas deve-se excepcionar o nome de Smith, o qual não mostra de forma clara a adesão à teoria do mecanismo de ajuste de Hume.

## 5. Digressões sobre o trabalho produtivo e o improdutivo

A discussão sobre o trabalho produtivo e improdutivo não é nova em matéria de Economia, nem está adstrita à teoria do valor-trabalho. Se pudéssemos traçar uma linha, rasgar-se-ia a história econômica de Quesnay a Veblen.<sup>14</sup> Mas é especificamente a partir do século XVIII que a questão adquiriu outro relevo. Em um tempo no qual muito se preocupava com as causas do “enriquecimento da nação” e do “desenvolvimento econômico”, é auto evidente o esforço para se determinar as forças produtivas; de modo a buscá-las entre setores, atividades, classes.<sup>15</sup> Visando à determinação dos elementos que impulsionaram a Europa dos séculos XV ao XVIII.

Vale assinalar que o século XVIII também produziu uma dupla visão sobre o trabalho produtivo. Enquanto os escritores que forneceram substrato à teoria fisiocrata - Petty, Cantillon, Quesnay - acreditavam em classes produtivas e estéreis, uma visão mais clássica - Smith - credita à questão do trabalho produtivo a determinados *misters* e funções.

A primeira delas, derivada da escola francesa do século XVIII, tinha como cerne de sua doutrina a crença de que a terra era o único fator de produção capaz de gerar excedente, isto é, produto líquido. Em termos de sociologia de classes, havia apenas duas classes capazes de gerar riqueza no sistema econômico: proprietários de terra e cultivadores. O que se tem aqui, embora de forma tímida, é a aproximação da discussão entre trabalho e valor, não obstante, não tão sistematizado como na Escola Clássica. O que os fisiocratas disseram, ‘*ad nutum*’, era a impossibilidade de determinadas classes gerarem valor, ou seja, de adicionar algo ao valor bruto da produção, ao produto da terra e do trabalho. Manufatureiros, comerciantes poderiam contribuir para a riqueza da nação não através do desempenho de seu *mister*, mas sim, por meio da decisão de consumo ou de poupança de suas rendas disponíveis.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> “*The Theory of Leisure Class*” pode ser considerada uma teoria sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

<sup>15</sup> Isso se deve, sobretudo, diante do desenvolvimento do chamado ‘fluxo circular da renda’ por Cantillon e Quesnay, ainda no século XVIII. É claro que um modelo similar ao “*Tableau Économique*” tem a tendência de se perquirir quais são as classes, os setores que mais contribuem ao desenvolvimento da riqueza. Razão suficiente de se admirar a análise fisiocrata, embora resguarde sectarismos inevitáveis. Entre os modernos, desempenham a mesma função a matriz insumo-produto de Leontief.

<sup>16</sup> SMITH, A. *The Wealth of Nations*. Livro II, Capítulo IX, p. 129-135. Vale notar que o desenvolvimento do fluxo circular da renda com Cantillon e Quesnay deram ênfase em demasia sobre

É claro que Smith dedicou algumas horas do seu tempo para refutar essa proposição “que muito envergara a vara para um lado” através de aporias - partindo das proposições da Fisiocracia até um *reductio ad absurdum*. Foram quatro os argumentos utilizados: a agricultura também só pode aumentar a *richesse* através da parcimônia; cada dispêndio no sistema econômico o impulsiona; não é correto chamar de estéril aquele que repõe as suas próprias despesas; e por último, o trabalho dos fabricantes e comerciantes não “perecem” após sua realização.

Embora Smith tenha refutado a noção de que haja classes ou setores improdutivo, ele mesmo desenvolve sua teoria embasada em igual binômio. Segundo Maurice Dobb, Smith reservou a designação de improdutivo aos ‘servos domésticos’ e servidores que prestam serviços diretos ao patrão/senhor, não constituindo bem ‘vendável’.<sup>17</sup> A necessidade de incorporação do valor através de uma mercadoria é, de longe, algo contestável, assim como os erros que incorreu, por exemplo, Marx ao supor que o “produtivo” nasce de uma relação social, na qual há subordinados que produzem o mais-valor.

## 6. Discussões sobre a renda

Outro aspecto digno de nota é a discussão travada pela Escola Clássica sobre a renda, a qual envolveu não só a natureza desta, como também, as relações renda-valor das mercadorias. Nota-se de antemão uma divergência entre Smith e Ricardo. Para o primeiro, a renda é tida como “aluguel” de um fator de produção, além de compor o preço das mercadorias - junto aos lucros e salários, no que os economistas posteriores denominaram teoria da adição ou, às vezes, teoria da dedução. É uma visão que entende ser a renda corolário de um estágio de desenvolvimento econômico marcado pela apropriação de terras - o que Schumpeter chamou de “teoria do monopólio da renda”<sup>18</sup>, dando até mesmo um caráter institucional-social à remuneração do respectivo fator de produção.

---

o efeito do consumo sobre o sistema econômico. Consequentemente, a parcimônia era considerada um ‘interrupção’ do fluxo de gastos, atingindo negativamente a economia. Schumpeter chama essa corrente “anti-poupança”. SCHUMPETER, J. História da Análise Econômica. Livro I, p. 225-300.

<sup>17</sup> DOBB, M.. Teorias do valor e da distribuição desde Smith. p.150-250.

<sup>18</sup> SCHUMPETER, J. História da Análise Econômica, p. 250-300.



Em 1817, Ricardo promoveu uma dupla crítica a essa noção, partindo, a priori, do que os economistas haviam considerado como renda até o período. Renda, em definição ricardiana, é simplesmente a compensação pelas forças indestrutíveis da terra, isto é, deve-se separar o que constitui os juros e lucros advindos do “melhoramento” das terras. Uma pergunta um tanto ingênua surge: qual a razão da existência da renda? Smith chegou à conclusão de que decorre de um processo de apropriação da terra e da necessidade de produção de mercadorias. Para chegar à noção de Ricardo, é necessário utilizar um processo indireto. Imaginem-se três fatores naturais: água, ar, terra. Por que os dois primeiros não são remunerados e a terra é o único entre eles sujeito à remuneração? Ricardo responde que a terra é o único limitado. Em termos modernos, o único que possui oferta completamente inelástica; não possui uma uniformidade em sua qualidade e se sujeita a uma ocupação de suas faixas improdutivas *pari passu* ao crescimento populacional. São, portanto, o apanágio de ser limitada, não uniforme e o fator do crescimento populacional que explicam a existência da renda. Ricardo, por exemplo, comenta que, nas colônias – em razão da abundância de terra em relação à população – é comum que não haja, *a priori*, renda.<sup>19</sup> Pode-se citar o caso estadunidense que, inclusive, foi substrato para estudo similar no campo da Economia Internacional.

Apresentada uma das críticas de Ricardo sobre a natureza da renda, restam esclarecer as relações renda-valor das mercadorias, mais especificamente, o porquê de a remuneração da terra não ser elemento constitutivo do preço.<sup>20</sup> *A priori*, a renda é corolário, na visão de Ricardo, de determinado período de riqueza e da crescente dificuldade de abastecer uma população crescente com gêneros alimentícios;<sup>21</sup> pretendendo a teoria do valor-trabalho ser universal, como a renda integraria o valor das mercadorias apenas em um estágio de desenvolvimento econômico? Não seria, por exemplo, aplicável às colônias?

Outro aspecto levantado e que melhor “adentra” a teoria econômica é o entendimento de que quantidades iguais de capital e trabalho devem gerar o mesmo

---

<sup>19</sup> RICARDO, D. *The Principles of Political Economy and Taxation*, p. 50-100.

<sup>20</sup> Em termos gerais, é uma crítica à concepção smithiana das leis de produção e distribuição, ou seja, de que a renda estaria contida no valor das mercadorias, em outras palavras, que a remuneração da terra seria um dos elementos do valor das mercadorias.

<sup>21</sup> Deve-se lembrar de que o pensamento ‘clássico’ associa o desenvolvimento econômico ao aumento demográfico. Presente já em Smith, a suposição tornou-se um apanágio indispensável da Escola. Clássica a partir da crença inabalável de Ricardo na lei ‘malthusiana’ da população.

produto.<sup>22</sup> Essa é uma pedra angular na teoria do valor-trabalho, porém não aplicável à realidade quando considerada a renda como integrante do preço. O que muito ocorria na Europa era a produção divergente entre terras com quantidades iguais de terra e capital aplicadas. A que se devia este fato? Os produtos de terras com menor produtividade teriam maior valor de troca?

O que Ricardo notou foi a necessidade de se retirar a renda como composição do preço, não só se fundamentando na lógica teórica, mas também, em uma perfeição digna da teoria do valor. A não inclusão da remuneração da terra também se alinhou à nova concepção de renda, retirando questionamentos imbróglis da ordem do dia.

## **7. A relação entre salários e valor das mercadorias**

Em *“The Principles of Political Economy and Taxation”*, Ricardo determina como uma das funções precípuas da obra o entendimento da dinâmica do produto às classes - trabalhadores, capitalistas e arrendatários.<sup>23</sup> Em outras palavras, cabia à obra analisar a destinação, a remuneração de cada fator de produção em relação ao produto. Como para Smith e outros economistas, o salário é a remuneração do trabalho, assim como o juro é a remuneração do capital, etc. Para o entendimento da destinação do produto em relação aos trabalhadores, deve-se avaliar o comportamento dos salários.

Mais uma vez, a teoria ricardiana toca em um ponto que muito se assemelha à lógica econômica: a conexão entre os diversos fenômenos econômicos.<sup>24</sup> O entendimento da relação salários-valor das mercadorias envolve tomar a remuneração do trabalho a partir de um binômio: de um lado junto à própria teoria do valor-trabalho; de outro, sob a ótica da renda<sup>25</sup> e da população. Tudo isso alinhado

---

<sup>22</sup> Não se considerado a “composição orgânica do capital”, isto é, a relação entre capital fixo e circulante, nem proporções divergentes entre capital e trabalho.

<sup>23</sup> “Determinar as leis que regulam a distribuição do produto às classes - capitalistas, arrendatários e trabalhadores - é a principal questão da Economia Política”. Ibidem, Prefácio à obra, p. 39. Segundo o Professor Maurice Dobb, Ricardo acreditava que a Economia era a descrição das leis de “distribuição”. DOBB, M. Teorias do valor e da acumulação desde Smith. Martins Fontes, Brasil, 1973, p. 47-48. De maneira não menos brilhante se expressa Sraffa. SRAFFA, P. *Works and Correspondence of Ricardo*. Ed. Sraffa. Cambridge, 1951. Vol. I, p. 5.

<sup>24</sup> “Nada das coisas se mantém isoladas e todas as coisas permanecem unidas”. DU PONT, *The Making of an Admiral. A Biography of Samuel Francis Du Pont*, James M. Merrill. Dodd, Mead, 1986.

<sup>25</sup> A relação com a renda seria em relação à remuneração da terra. Não se confundido com o valor destinado ao consumo e à poupança.

à posição apriorística, ou quase axiomática de se supor que os salários eram determinados pela lei de subsistência. Ou seja, na crença de que a finalidade precípua destes era a manutenção do “estoque de operários”;<sup>26</sup> não se podendo falar que, por exemplo, uma diminuição dos preços de mercadorias geraria maior consumo e bem-estar aos trabalhadores, à medida que a diminuição do valor das mercadorias implicava menor quantidade de trabalho para adquirir determinado produto, causando um natural arrefecimento dos salários. A subsistência é, para Ricardo, o preço natural do salário. O que não implicava, por exemplo, a completa inexistência de aumentos momentâneos decorrentes de uma demanda por trabalho não totalmente absorvida pela oferta de trabalhadores. Mas como foi assinalada diversas vezes por Ricardo, a tendência era o deslocamento do preço de mercado ao preço natural.

Essa variação momentânea dos salários em alguns casos específicos permite entender a relação das remunerações a partir da renda e da população. Já foi visto a possibilidade de variação salarial pela oferta e demanda por trabalho. Mas quais seriam as implicações sobre o mundo econômico? Um desvencilhamento do preço natural - de subsistência - do preço de mercado, ou ainda, o aumento dos salários reais acima do de subsistência levaria automaticamente ao aumento demográfico - o excedente que recebe o trabalhador permite o aumento da quantidade de membros da família, etc. Esse aumento populacional requereria maior quantidade de meios de subsistência, sobretudo, gêneros alimentícios, de primeira necessidade. Dada a disponibilidade limitada de terras, em tom mais moderno, uma oferta completamente inelástica da terra, o setor agrário não responderia de forma proporcional ao aumento populacional. Dois agentes seriam responsáveis pela desproporcionalidade entre produção marginal e nova população: lei dos rendimentos decrescentes, margem interna e margem externa. Um é corolário do aumento da população que gera, conseqüentemente, maior ocupação das terras disponíveis.<sup>27</sup> O outro, da relação entre duas variáveis - fatores de produção -, mantendo-se uma fixa; no qual o comportamento é um produto crescente enquanto a receita e despesa marginais são, respectivamente, crescente e decrescente, tornando-

---

<sup>26</sup> Embora a lei de subsistência já seja devida a Quesnay e Cantillon. SMITH, Adam. Livro I, Capítulo 10, p. 164-184.

<sup>27</sup> De modo que a ocupação de terras seja das mais férteis às menos férteis.

se um produto decrescente a partir da inversão do comportamento das duas variáveis.

O resultado para Ricardo seria o aumento da renda e dos preços. Deve-se assinalar que, no entanto, o último fenômeno não decorre do aumento da renda, à medida que esta não entra na computação do valor das mercadorias. Ou seja, não tem poder de influenciar os preços.<sup>28</sup> Decorre da maior quantidade de trabalho necessário para se auferir o mesmo produto. Logo, havendo elevação no preço dos gêneros de primeira necessidade, e produzindo um salário abaixo da subsistência; o capitalista cederia ao aumento salarial, fato que impactaria negativamente o lucro.

Isso, para Ricardo, era um movimento natural da economia, ou seja, o longo prazo traria conseqüentemente uma oposição entre lucros, rendas e salários. As leis populacionais e a existência de fatores produtivos primários escassos seriam responsáveis pela maior concentração da renda em relação ao produto. O que, tomando uma teoria da “adição” ou “dedução”, significaria uma menor proporção de rendimento aos capitalistas. Gerando, diante do agravamento da situação populacional, a sucessiva queda na taxa de lucros até que se chegasse ao estado estacionário.

## **8. Considerações finais**

Em síntese, o artigo busca contribuir para o maior entendimento da teoria do valor-trabalho no pensamento clássico, através do diálogo com as obras de Adam Smith e David Ricardo. Concentrando-se nos trabalhos essenciais: “A Riqueza das Nações” e “Princípios de Economia Política e Tributação”. Tentou-se analisar a teoria do valor-trabalho não somente por uma ótica histórica - mera revisão de literatura -, mas também, entender o papel desempenhado na Escola Clássica e sua importância para a evolução da Economia.

---

<sup>28</sup> O valor da mercadoria, em Ricardo, decorre do trabalho direto e indireto envolvidos, ou seja, da relação entre trabalho e capital. A renda não traz impactos diretos ao preço, como também, altos preços de gêneros alimentícios não têm como corolário o aumento da renda. É a maior dificuldade na obtenção das mercadorias, ou seja, a maior utilização do trabalho para adquirir mesma quantidade de produtos que gera um aumento na renda - margem interna e externa da lei dos rendimentos decrescentes.

Mais do que analisar o cerne da teoria do valor-trabalho, que se encontra superada desde o final do século XIX, buscou-se compreender de que maneira, a partir da obra de Ricardo, a teoria do valor tornou-se peça fundamental para entender o sistema econômico. Isto é, passou a ser instrumento interdependente, alinhado às teorias produtivas e distributivas. Viu-se, portanto, no trabalho desempenhado, menção constante aos salários, lucro, juros e renda. O que demonstra um comportamento ricardiano de, a partir da teoria do valor, deduzir o comportamento de variáveis produtivas e distributivas.

Em suma, a teoria do valor-trabalho não é parte do *mainstream* no período contemporâneo. No entanto, seu adequado entendimento é *conditio sine qua non* para compreender a Escola Clássica e os caminhos que transformaram a Economia até o presente. Ou seja, mesmo que o conteúdo operacional esteja superado, a teoria do valor-trabalho trouxe contribuições evidentes ao pensamento econômico.

## Referências

- DOBB, M. (1973). **Teorias da riqueza e da distribuição desde Adam Smith**. 1.ed. Rio de Janeiro: Presença.
- DU, P. (1986). ***The Making of an Admiral: A Biography of Samuel Francis Du Pont***, James M. Merrill. Dodd, Mead.
- ENGELS, F. (1886). **Comentários ao Volume III Capital**. Londres: Moore.
- MARX, K. (1886). **Prefácio à Segunda Edição do Capital**. Londres: Moore.
- MYRDAL, G. (1953). ***The Political Element in the Development of Economic Theory***. Londres: Elsevier.
- RICARDO, D. (1982). ***The Principles of Economic Theory and Taxation***. Londres:  
Moore.
- SCHUMPETER, J. (1964). **História da Análise Econômica - Volume II**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SMITH, A. (1982). ***The Wealth of Nations - Livro I***. Londres: Moore.
- SRAFFA, P. (1951). ***Works and Correspondence of Ricardo***. Cambridge: Ed. Sraffa.
- SRAFFA, P. (1977). **Produção de mercadorias a partir de mercadorias**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

